



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 5 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 4 de abril de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS

Proposta tenta trazer produção de tablets para o Polo Industrial de Manaus..... 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

A competição fiscal lícita :: Everardo Maciel 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

PIB mostra aceleração no primeiro trimestre 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

BALANÇA DEVE REGISTRAR SALDOS ELEVADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

EMPRESÁRIOS VÃO À CHINA COBRAR ABERTURA DO MERCADO LOCAL PARA PRODUTOS BRASILEIROS 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Proposta tenta trazer <u>produção</u> de tablets para o Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Faz parte da consulta um cronograma para adequação da produção. Até 2013, por exemplo a parcela de “made in Brasil” será de 50% para a maioria dos componentes.

Manaus - Uma proposta para criação do Processo Produtivo Básico (**PPB**), divulgada pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, dá os primeiros passos para colocar os tablets feitos no País dentro de benefícios tributários da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**.

O documento, publicado no Diário Oficial da última sexta-feira, 01, ditará as regras para a produção de tablet PCs em território nacional.

Faz parte da consulta um cronograma para adequação da produção. Até 2013, por exemplo a parcela de “made in Brasil” será de 50% para a maioria dos componentes. Interessados em apresentar sugestões ao texto final deverão enviar até o dia 15 suas propostas.

Tablet 50% nacional antes da Copa

Segundo o cronograma, ficam dispensados da montagem local telas de cristal líquido ou plasma com a tecnologia touch screen até o dia 31 de dezembro de 2013.

Os outros componentes seguirão o seguinte calendário: placa-mãe (50% até 2011; 80% até 2012 e 95% até 2013), placas de circuitos impressos (50% até 2013 e 80% até 2014).

O PPB, pra que serve?

Conforme o site do **Ministério**, o **PPB** foi definido na lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991. O

processo consiste de etapas mínimas necessárias que as empresas deverão cumprir para fabricar determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei (Lei de Informática e **Zona Franca de Manaus**), o que resultaria em redução ou isenção de impostos e, possivelmente, preços mais amigáveis ao bolso do consumidor.

Brasileiro quer tablet

No Brasil, onde pesquisa da Accenture indica um dos maiores índices de compras de eletrônicos entre os países do BRIC, além de França, Alemanha, Japão e Estados Unidos, há um esforço de barateamento dos tablets.

Entre as medida já sugeridas está a inclusão dos dispositivos no programa Computador para Todos. Ao assumir seu mandato, a presidente Dilma Rousseff declarou que queria ver tablets por preços entre R\$ 400 e R\$ 500 fabricados no país. A indústria já acenou com um portátil de R\$ 1 mil até o segundo semestre.

Os esforços estão de acordo com o desejo da população. De acordo com a consultoria de **mercado IDC**, foram vendidos 100 mil tablets no **Brasil** em 2010, número que deverá chegar a 300 mil até dezembro desse ano. Além disso, a empresa GfK indica que metade dos brasileiros quer um iPad – líder do segmento.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A competição fiscal lícita :: Everardo Maciel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Estado de S.Paulo

Não constitui novidade o uso de tributos com finalidade extrafiscal, como subsídio à consecução das políticas públicas. Incentivos fiscais são um notório exemplo dessa prática, difundida em inúmeros países e regiões.

São, todavia, escassas as avaliações sobre a eficácia dos incentivos fiscais como instrumento para atrair investimentos ou estimular determinadas atividades. Os benefícios do Imposto de Renda (IR) destinados a empreendimentos localizados no Norte e no Nordeste, por exemplo, se tornaram mais conhecidos pelos escândalos do que por sua real repercussão no **desenvolvimento** daquelas regiões.

Essa crítica também se aplica aos incentivos do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**. Nem por isso os governos estaduais têm sido parcimoniosos na outorga de favores fiscais. Não se pode esquecer de que tudo resulta de uma vigorosa combinação de exercício do poder discricionário, muito típico em nossa cultura patrimonialista, com uma competição predatória na atração de investimentos.

A Constituição de 1967, em seu art. 24, § 4.º, esclarecia que o ICM (hoje **ICMS**) teria alíquota uniforme, em todo o território nacional, para todas as **mercadorias**. Para evitar que, em virtude dessa uniformidade, a arrecadação nas operações interestaduais ficasse concentrada na origem, favorecendo desse modo os Estados mais ricos, admitiu-se, de forma criativa, a redução de base de cálculo naquelas operações, mitigando a concentração.

A possibilidade de que aquele instituto viesse a ser usado indiscriminadamente pelos Estados, provocando uma guerra fiscal, pretextou a edição, em janeiro de 1975, da Lei Complementar n.º 24, estabelecendo regras draconianas para a concessão de benefícios fiscais, que passava a ser condicionada à decisão unânime dos Estados, observado que a inobservância dessa regra implicava nulidade do ato, ineficácia do crédito e presunção de irregularidade nas contas governamentais.

Até o final dos anos 80, essas regras, em boa medida, foram observadas. A maior autonomia concedida aos Estados na administração do **ICMS**, a partir da Constituição de 1988, estimulou uma generalizada desobediência àquela lei. De início limitada a empreendimentos industriais, a farra fiscal se estendeu a outros setores, como o **comércio** atacadista e, mais recentemente, as atividades de **importação** do exterior, em prejuízo da economia nacional, ademais dos benefícios "compensatórios" à concessão ilegal em outros Estados. Sobre esse descabro, o **Ministério** Público mantém olímpica indiferença, a Justiça não fixou jurisprudência e os Estados que se consideram prejudicados empreendem tímidas iniciativas judiciais ou ações fiscais visando à glosa de créditos, de eficácia duvidosa e consequências muitas vezes desastradas para aqueles que, no exercício legítimo dos seus negócios, adquiriram **mercadorias** beneficiadas com incentivos ilícitos.

Estudo produzido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrou que benefícios concedidos por Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás alcançaram, em 2010, um volume de **importações** correspondente a US\$ 14,2 bilhões. O Distrito Federal chegou a conceber um insólito benefício à atividade atacadista. Só no primeiro trimestre deste ano, São Paulo, Acre, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina editaram dez decretos concedendo benefícios de **ICMS**. Definitivamente, do jeito que está não pode ficar.

Ante a ineficácia da lei, surgem algumas ideias para enfrentar a guerra fiscal. Afastada a utópica tese de federalização do **ICMS**, a adoção do princípio do destino, reduzindo a zero a alíquota incidente nas operações interestaduais, goza de prestígio entre renomados tributaristas. O argumento utilizado é que, nessa hipótese, não haveria como transferir o ônus do benefício de uma para outra Unidade da Federação. Os efeitos colaterais dessa solução são, contudo, seriíssimos: aumentaria a propensão à evasão fiscal, em virtude da grande diferença entre as alíquotas internas e interestaduais; o **comércio** atacadista interestadual passaria quase inevitavelmente a acumular créditos, de baixíssima liquidez, o que poderia levar o setor à ruína; e os Estados **exportadores** líquidos sofreriam

significativas perdas de arrecadação, cuja compensação demandaria aumento da carga tributária e da dependência a recursos federais. Não parece ser uma boa solução.

Indiscutivelmente, a Lei Complementar n.º 24 se tornou inoperante. Creio que seria interessante abandonar o conceito de guerra fiscal e adotar o de competição fiscal lícita, consistindo em: estabelecer limites para a concessão de benefícios fiscais; de alguma forma, convalidar o que se fez no passado; eliminar a exigência de alíquota mínima nas

operações internas; uniformizar em 7% as alíquotas interestaduais; e vedar a redução de base de cálculo (exceto no caso de micro e pequenas empresas). Trata-se de um caminho que implica concessões recíprocas e grande articulação política. Não consigo, entretanto, enxergar outro.

CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL (1995-2002)

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO PIB mostra aceleração no primeiro trimestre		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Com mercado de trabalho aquecido, forte demanda interna e recuperação da indústria, a economia brasileira mostrou vigor nos três primeiros meses do ano. Apesar dos esforços do governo para conter a inflação. O ritmo dos negócios manteve-se intenso. Economistas ouvidos pelo Estado em sete dos maiores bancos e consultorias do País projetam alta de 0,7% a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2011 em relação ao quarto trimestre de 2010, descontados efeitos sazonais. O que mostra aceleração ou, no mínimo, manutenção do crescimento.

PIB mostra aceleração no 1º trimestre

Apesar das medidas tomadas pelo Banco Central, economia ainda cresce impulsionada pelo emprego e pelo consumo das famílias

Raquel Landim, de O Estado de S. Paulo

SÃO PAULO - A economia brasileira acelerou o ritmo nos primeiros três meses do ano, encerrados na semana passada, apesar dos esforços do governo para controlar a inflação. O mercado de trabalho aquecido, a forte demanda das famílias e a recuperação da indústria garantiram o vigor dos negócios.

Economistas consultados pelo Estado em sete dos maiores bancos e consultorias do País projetam alta de 0,7% a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2011 em relação ao quarto trimestre de 2010, descontados os efeitos sazonais. Essas previsões representam aceleração ou, pelo menos, manutenção do crescimento.

No quarto trimestre em relação ao terceiro, também livre de influências sazonais, o PIB avançou 0,7%. Em suas estimativas, nenhum dos analistas contempla desaceleração da economia brasileira neste início de ano, embora avaliem que ocorrerá uma acomodação no segundo semestre graças as medidas do Banco Central (ver na pág. B3)

Segundo o economista da Tendências, Rafael Basioti, os indicadores antecedentes do ritmo da demanda - mercado de

trabalho, crédito e confiança do consumidor - tiveram um comportamento muito forte neste início de ano. Só em fevereiro foram criadas 280,8 mil novas vagas no País, um recorde para esse período, conforme dados do Ministério do Trabalho.

Com emprego garantido, a população não deixou de ir às compras, apesar das medidas do BC para encarecer o crédito. "O primeiro trimestre foi muito parecido com o final de 2010. Ou seja, foi muito bom", diz Domingos Alves, supervisor geral da varejista Lojas Cem. Ele afirma que suas vendas cresceram cerca de 30% no primeiro trimestre em relação a igual período de 2010.

Alves afirma que o impacto das medidas do BC não será imediato para o varejo e ressalta que sua rede financia os clientes com dinheiro próprio. Por isso não fez nenhuma alteração nos prazos ou taxas de juros. Ele também afirma que a inadimplência dos clientes segue baixa. Segundo Alves, os campeões de venda são as TVs de LCD.

No setor automotivo, as vendas ainda seguem robustas, apesar dos prazos dos empréstimos terem diminuído e os juros subido. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), foram licenciados 288,7 mil veículos em março, acima dos 258,8 mil de fevereiro. A média por dia útil subiu de 12,9 mil em fevereiro para 13,7 mil em março.

Décio Carbonari de Almeida, presidente da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), diz que o tamanho do impacto da contenção do crédito para o mercado de veículos só será conhecido em 30 dias, porque as medidas do BC demoram para surtir efeito. Ele acredita que o mercado já sente uma desaceleração nas vendas, mas que será "suave e controlada, como pretende o governo".

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO BALANÇA DEVE REGISTRAR SALDOS ELEVADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Puxada pela valorização do preço das commodities, o saldo da balança comercial no primeiro trimestre de 2011 cresceu 259,8% em relação a igual período do ano passado. De janeiro a março, o superávit comercial brasileiro foi de US\$ 3,17 bilhões, com US\$ 51,2 bilhões em **exportações** e US\$ 48,06 bilhões em **importações**. "Esse aumento do superávit ocorre porque estamos comparando com o início do ano passado, quando o movimento de valorização das commodities não havia começado", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de **Comércio Exterior do Brasil** (AEB).

Segundo ele, por esse motivo, o forte crescimento anualizado dos saldos comerciais deve continuar até o final do primeiro semestre. A partir do segundo semestre, esse efeito fica menor porque passa a comparar com o período de

valorização das commodities. A AEB projeta um superávit comercial de US\$ 26 bilhões, graças ao desempenho dos produtos básicos. "Esse desempenho comercial deve continuar pressionar o câmbio", diz o analista da consultoria Tendências, Bruno Lavier.

A projeção da Tendências para a cotação do **dólar** no fim do ano, considerando uma perspectiva de atuação preventiva do Banco Central, é de \$ 1,70. A consultoria também projeta que 2011 feche com um superávit comercial de US\$ 28 bilhões.

Paulo Justus

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO EMPRESÁRIOS VÃO À CHINA COBRAR ABERTURA DO <u>MERCADO LOCAL</u> PARA PRODUTOS BRASILEIROS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A comitiva de empresários que acompanhará a visita da presidente Dilma à China no próximo dia 12 irá levar a mensagem de que o setor não quer apenas **importar** manufaturados. Segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, "se eles falarem que o **mercado** deles é aberto, isso não é verdade. As empresas brasileiras não conseguem vender no **mercado** chinês, a não ser commodities".